

# **“Leiturização”, o feijão com arroz da alfabetização: Dieta saudável para a educação brasileira**

***Maria Cristina Schefer\****

## **RESUMO:**

O presente texto aborda a questão da “leiturização” no Brasil, fazendo uma analogia com o “feijão com arroz”, visto que, ambos, o hábito culinário dos brasileiros e a “leiturização” continuam, no entendimento da autora, sem o devido lugar nos discursos que os caracterizam. Melhor dizendo, a dobradinha: feijão com arroz e a “leiturização” são tratados como quadjuvantes em seus campos: Culinária e Educação. O feijão com arroz, apesar de circular entre as melhores e as piores mesas, é apresentado ao mundo não como comida típica nacional, mas como um costume pormenorizado em meio à necessidade de suprir carências nutricionais de forma econômica, substituindo o consumo da carne nas populações de baixa renda. Do mesmo modo, a “leiturização” é utilizada como recurso no processo de alfabetização e não instituída como finalidade da educação. A alfabetização, doutro modo, insistentemente vem sendo difundida em sua etapa decodificadora, provocando e alimentando pseudoproblemas pedagógicos, como o analfabetismo funcional.

**Palavras chave:** identidade nacional – hábitos – leiturização – alfabetização - formação de professores.

**Área:** Educação

---

\* Doutoranda em Educação. Unisinos. Bolsista CAPES. Professora UERGS. e-mail: mariacris.7@hotmail.com.

## INTRODUÇÃO

Numa escrita descontraída, e ao mesmo tempo crítica, a autora aborda o problema da alfabetização circunstancial de muitos brasileiros, que depois que saem da escola “esquecem” a técnica da decodificação da escrita. Para a argumentação, buscaram-se recursos na literatura e nos estudos culturais, além de dados estatísticos sobre o analfabetismo funcional. Analogias através de ditos populares caracterizam este texto, num recurso de escrita que expressa e imprime, incessantemente a validade da leitura literária para “conquistar leitores”. E, na busca do comparativo (“fidedigno”) para demonstrar o valor da literatura dentro do processo de alfabetização, a autora recorreu ao feijão com arroz e a sua essencialidade na mesa dos brasileiros.

### 1. REAFIRMANDO O TRIVIAL E NECESSÁRIO

“Um dois, feijão com arroz, três quatro, feijão no prato...” essa parlenda, oriunda da literatura oral e impressa em várias obras folclóricas no Brasil, como *O jogo da parlenda* (2006), de Heloisa Prieto, revela, literalmente, na “boca” do povo, o antigo hábito brasileiro de comer feijão com arroz. Entretanto, se percorrermos muitas das publicações sobre culinária nacional, as variações requintadas desses grãos (juntos ou separados) são apresentadas como hábitos alimentares dos brasileiros. A feijoada, o arroz de carreteiro, o risoto e o mexido são exemplos da figuração dos simplórios e populares: feijão com arroz em tratamento vip nas panelas brasileiras, e apontados como habituais na dieta local. Essa dieta é produzida numa cozinha local, mas fragmentada por regiões, e pode ser universalizada em meio à vontade geral, de norte a sul do País, de elevar o status gastronômico da população.

Nesse aspecto, cabe “abrandar” o que hoje cheira a requinte equivocado de nossa culinária, em vista da reorganização social do País, visto que, nos tempos em que Freyre, ícone do mapeamento dos costumes nacionais, fez sua coleta de dados, disponíveis em várias obras como em: *Casa grande e senzala* (1933), ou no próprio *Manifesto regionalista do nordeste* (1952), a autossustentabilidade no campo era uma realidade. Arcaica sim, pode-se dizer, pela falta de tecnologia nas práticas agrárias, mas é fato que os ingredientes de pelo menos uma das feituas vip do feijão, a feijoada, eram produzidos pelas famílias de forma econômica e corriqueira. Antes dessa popularização nas cozinhas verde-amarelas, registrada na obra de Freyre e de outros adeptos dos movimentos nacionalistas da primeira metade do século passado, como também se têm dados, essa delícia negra fora apreciada entre escravos nas senzalas. A eles estudos reconhecem e justificam o invento.

Mas, voltando ao presente, ao Brasil de hoje, reestruturado

após o êxodo rural, em meio à urbanização e à expansão das fronteiras gastronômicas, as mesas fartas são privilégio de poucos, e a miséria é a realidade de milhares de famílias, seguidas da subalimentação ou da cozinha básica. Portanto, o duo feijão com arroz, em meio à necessidade, à reincidência e ao tempero afetivo instituiu-se como hábito-rei! Para tirar a prova dos nove, basta questionar quantos brasileiros têm acesso às variações requintadas da “duplinha básica” e quantos passaram pela vida sem ingeri-la em seu estado de simplicidade. Atualmente, feijoada é menu de domingo em hotéis cinco estrelas.

Semelhante ao hábito do brasileiro de comer feijoada, pode-se ainda fazer um comparativo com o costume de tomar caipirinha (receita documentada em decreto, em 2002, no governo de FHC). Na verdade, é a cachaça a grande vedete na casa dos brasileiros, a ponto de um político<sup>1</sup> recentemente reconhecer a aceitabilidade da compra, inclusive com o dinheiro social do bolsa-família<sup>2</sup>. Ou seja, a maioria da população não acrescenta limão nem açúcar à cachaça. Ao contrário, toma a “danada” purinha, num possível desejo de forestear da própria existência, de deslocar-se da realidade. Como diz a velha marchinha: “Pode me faltar tudo na vida [...]. Só não quero é que me falte a danada da cachaça.”

Desse modo, sem lorotas: brasileiro (a massa) come feijão com arroz e toma cachaça. Saudáveis hábitos, segundo nutricionistas, o primeiro substitui com eficácia a proteína animal, o segundo, a cachaça, quando pura é menos prejudicial que quando adicionado de limão e açúcar.

Caberia então uma reeditada na literatura culinária do País? Certamente, isso se a pretensa literatura vir a ter estatuto arqueológico e não de guia gastronômico para o turismo. E, para não perder de todo a pompa da antiga tradição, pode-se até parodiar: “O feijão com arroz que aqui se come, não se come como lá...” ou, lembrando um dos líderes mais populares dos últimos tempos: “Nunca antes, neste país, se comeu tanto arroz com feijão...”

Mas voltando à questão social e ao bônus do bolsa-família, talvez o benéfico poderia ser mais focado: arroz, feijão e a tolerância para uma pinga (já permitida publicamente). O restante não é essencial, pode ser comprado de outro modo.

Devaneios à parte, estamos cercados de discursos que dizem o que não somos, mas que são legitimados pela impossibilidade de uma verificação in loco, pela imersão no senso comum e pela tradição.

---

<sup>1</sup> Em 1º/03/2011, Cândido Vaccarezza, líder do governo na Câmara dos Deputados, declarou à imprensa que uma garrafa de cachaça é permissível na cesta básica dos brasileiros, mesmo sendo com o dinheiro social do bolsa-família. Segundo ele, os produtores de cachaça também acabam sendo beneficiados.

<sup>2</sup> Programa de transferência de renda criado em 2003, no governo Lula.

Mas o que essa revisão dos bens simbólicos da culinária brasileira, aqui tratado, tem a ver com a educação no País? Digamos que o texto foi pensado enquanto eu, mulher, mãe, professora, estava cozinhando a duplinha. E transgredi refletindo: assim como o costume de comer feijão com arroz foi um hábito instituído pela necessidade da população em baratear a dieta, em se tratando de educação é a "leiturização" um hábito a ser instituído, para que as melhorias no campo educacional realmente aconteçam (barateando a aquisição da língua escrita). Isso porque o constante lançamento de programas compensatórios poderia ser reduzido diante de um processo melhor conduzido. Já que, assim como no campo gastronômico o essencial cheira a coadjuvante, no campo da educação isso se repete, pois a formação de leitores é difundida como um plus para a qualificação didática, dentro dos programas de alfabetização, e não como sendo o objetivo maior da educação institucionalizada.

Desse modo, são os pseudoproblemas pedagógicos, gerados em meio ao não reconhecimento da prática da leitura, como reeditora permanente de aprendizagens, que são paliativamente considerados e avaliados. Um forte exemplo disso é o analfabetismo funcional, termo já popularizado pela mídia, e erroneamente difundido como o grande problema nacional. O que deveria ser compreendido é que o analfabetismo funcional é resultado, não apenas do fracasso na apropriação (estrita) da língua escrita, como, principalmente, da não ocorrência da formação do leitor.

Segundo discursos pedagógicos, o desuso do material escrito causa o analfabetismo funcional. Entretanto, é o caráter utilitarista da escrita que precisa ser revisto e substituído por uma prática que garanta seu desejo de uso e a autoformação continuada dos indivíduos. Conforme Rubem Alves ponderou no texto *A caixa de brinquedos*,

a ordem do "uti" é o lugar do poder. Todos os utensílios, ferramentas, são inventados para aumentar o poder do corpo. A ordem do "frui" é a ordem do amor – coisas que não são utilizadas, que não são ferramentas, que não servem para nada. Elas não são úteis; são inúteis. Porque não são para serem usadas, mas para serem gozadas (2004).

## **2. COMO FAZER A BOA "SOPA DE LETRINHAS"?**

A instrumentalização para a leitura precisa ser feita de tal forma, que o sujeito necessite ler para o "sustento do seu prazer", não apenas para safar-se das tarefas do dia a dia. E, ao contrário da literatura culinária, não cabem abrandamentos nos discursos pedagógicos, que desorientam o olhar da sociedade aos problemas da não alfabetização. Apesar de a alfabetização perpassar pela

cultura e pelas questões dialetais, é preciso dar um basta nos argumentos que apontam as variações lingüísticas, para justificar a incompetência em alfabetizar. O fato é que muitos brasileiros passam por experiências tão dolorosas com a leitura na escola, que querem mais é (pular os muros) livrar-se da exigência de ler.

É preciso alfabetizar mediante experiências humanizadoras com a língua escrita e não com informações de escrita. Sobre isso, no artigo "Notas sobre a experiência e o saber da experiência" (2002, p. 21), Jorge Larossa assevera: "A informação não é experiência. E mais, a informação não deixa lugar para a experiência, ela é quase o contrário da experiência, quase uma antiexperiência."

A experiência estética, via literatura, possibilitará a paixão pelas palavras, pelas narrativas. Paixão em que: "se dá uma tensão entre liberdade e escravidão, no sentido de que o que quer o sujeito é, precisamente, permanecer cativo, viver seu cativeiro, sua dependência daquele por quem está apaixonado..." (LAROSSA, 2002, p. 19).

Como solução para o problema do analfabetismo recorrente, o Brasil tem lançado mãos dos mais variados programas de alfabetização de jovens e adultos e de aceleração das aprendizagens, contando com a ajuda de ONGs, institutos de assistência, etc. Entretanto, na obra *A leitura em questão* (1994), Foucambert, pesquisador francês, aponta, mas em outros termos, o quão românticos e, de certa forma, inúteis, do ponto de vista progressista, são os programas de realfabetização. Os adultos que voltam para a escola, portanto, dificilmente se tornarão leitores e muito menos terão tempo e oportunidade para mudar seu destino, via esse aprendizado. Segundo esse autor, o caminho para a contenção do analfabetismo funcional é a "leiturização". E, para isso, ele propõe a criação de comunidades e escolas leitoras e o contato efetivo das crianças com os textos literários ao longo da vida escolar (rotineiramente). Ou seja, esse pesquisador considerou que é preciso repertório aos profissionais da escrita, hábito de leitura e encantamento, para difundir esse bem patrimonial e social.

Doutro modo, são louváveis as intenções do terceiro setor em solucionar o problema do analfabetismo e de democratizar a língua escrita no País. Contudo, não é novidade no meio acadêmico o quão arbitrárias têm sido algumas práticas provindas de programas de aceleração desse aprendizado. E cabe aí um trocadilho com a Lei da Física, visto que dois corpos não ocupam o mesmo espaço: se a universidade está deixando um vazio técnico nos profissionais para solucionar o analfabetismo, outros podem tentar preenchê-lo. Além disso, esse estilo de educação compensatória, assistencialista, não foi aquele que a LDB veio para findar?

E voltando à mesa brasileira, para fazer arroz com feijão mais do que panelas de barro, de inox ou de qualquer outro material, é preciso conhecimento. Quem não sabe fazer feijão faz sopa de grãos pretos ou engrossa o caldo com farinha. Quem não

sabe fazer arroz, faz papa unidos venceremos ou quebra-dentes. Tudo comestível, mas que desmerece o duo em seu melhor estado, quando feito por mãos que, além de conhecerem a técnica, são apaixonados pela arte culinária.

Do mesmo modo, nas salas de aula, mais do que estruturas físicas de toda ordem também é o piloto-professor (autor social) quem determinará o sucesso ou não do processo de alfabetização, nessa perspectiva fundamental de "leiturização". É possível que o estudante saia da escola lendo ou "lennndo..." A extensão do vocábulo dependerá muito da crença dos professores no potencial ou não do fazer literário.

Assim como o "amor se pega pelo estômago", e aí o fazer bem ou mal o feijão com arroz pode ser decisivo para as "tjucanas"<sup>3</sup> contemporâneas, um leitor se pega pela fruição. E ser capaz de tornar a leitura algo tão necessário e habitual, quanto comer arroz com feijão, requer muito mais técnica, magia e sedução do que vêm sendo oferecidas em ações pontuais para a formação de leitores. Ações que geralmente possuem início e fim, como se fosse possível transformar o hábito de ler em algo pragmático, consolidado. Quanto a isso, Paviani observou:

Hábito não é algo estático, um estado a ser atingido e que, uma vez alcançado, permanece. Ele precisa ser cultivado, retroalimentado, porque nossas experiências são sempre limitadas e porque elas podem nos colocar "viseiras" e afetar nossas percepções, condicionando nossas inferências na construção de sentidos, impedindo, assim, de vermos e compreendermos a realidade numa dimensão maior, ou seja, em seus diferentes aspectos, em seus diferentes modos de ser, de saber, de conhecer (2006, p. 7).

Dessa forma, hábito exige continuidade, reedições, evoluções, movimento e a ideia de teia, de sinapses; tem mais a ver com a noção de hábito aqui requerida do que a ideia de permanência e tradição.

Via de regra, é quase impossível ensinar a fazer feijão com arroz (no estilo brasileiro) sem vivenciar a cultura nacional. Pior ainda é tentar ensinar o preparo de qualquer alimento que não se aprecia.

---

<sup>3</sup>Um bom partido eram mulheres do bairro da Tijuca-RJ, que segundo os murmúrios sociais na primeira década do século passado, tinham dotes indispensáveis para o casamento.

Entendendo a "leiturização" como sendo o feijão com arroz da educação, da alfabetização, é preciso verificar quem está "pilotando" o fogão. Um professor do tipo "Tia Anastácia" ou um cozinheiro de (técnica) ocasião. É a relação (afetiva) que se dá na instituição de uma prática, que pode garantir ou não sua continuidade, rompendo e inaugurando costumes. Conforme Paviani,

quando em uma região o hábito de leitura constitui-se num comportamento comum da sua população, é porque historicamente houve condições a que, individual e coletivamente, a sua grande maioria o fosse construindo. Certamente, através da educação informal e formal, a família, a escola e a sociedade, ao instituírem um caráter valorativo à leitura, formam leitores. O oposto também vale, quando a leitura não se constitui um valor social ou não faz parte dos valores vividos por uma sociedade como um todo, a prática da leitura, o hábito de ler não acontecem, sendo, portanto, o não ler uma de suas práticas culturais (2006, p. 13).

Assim, se as práticas de leitura forem definitivamente inauguradas nas salas de aula, será possível rompermos com a tradição antipedagógica do analfabetismo nacional: bem simbólico, que há muito vem reduzindo o status da educação brasileira.

De acordo com a legislação nacional (Resolução CNE/CP 1/2006), é no curso de Pedagogia que se dá a formação do alfabetizador. Contudo, o ensino da leitura e da escrita, em meio à experiência com a literatura e o aprofundamento em estudos sobre gêneros textuais, não determina o currículo desse curso. Atualmente, com os cursos de Pedagogia em curto prazo e, principalmente, na modalidade EAD, sequer estão garantidas as reflexões grupais. Vivenciamos a era da formação em massa, na pressa, com textos padronizados, nos quais vem sendo privilegiada a difusão de experimentos acadêmicos. Desse modo, mesmo tendo cada vez mais professores graduados nas escolas, carecemos de professores apaixonados pela narrativa, pela palavra: professores (autores sociais) capazes de instituir o hábito da leitura nas salas de aula, na escola, nas comunidades. Pois, conforme Lerner:

Ensinar a ler e a escrever é um desafio que transcende amplamente a alfabetização em sentido estrito. O desafio que a escola enfrenta hoje é o de incorporar todos os alunos à cultura do escrito, é o de conseguir que todos os seus ex- alunos cheguem a ser membros plenos da comunidade de leitores e escritores. Participar de uma comunidade de leitores [...] envolve o exercício de diversas operações com textos; entre eles e seus autores; entre os próprios autores;

entre os autores, os textos e seu contexto (2002, p.17).

Caberia então uma revisão do conceito de alfabetização e do tratamento didático do termo? Sem dúvida, juntamente com a revisão da formação do profissional que alfabetiza, isso se a intenção da nova proposta tiver como viés a formação do leitor e não a mensuração de dados estatísticos com a finalidade de se angariarem recursos para o campo educacional.

Não faltam obras criticando o mau uso dos textos literários por parte da Pedagogia, sublinhando os problemas que o utilitarismo didático das narrativas provoca, prejudicando a formação do leitor. Mas é preciso recorrer, em defesa da categoria docente, ao dito popular de que "cada um enterra o pai onde pode". Não adianta atenuar o problema das deficiências técnicas do pedagogo para alfabetizar, buscando discursivamente contrapontos entre a literatura e a pedagogia, quando o que se precisa, por certo, é uma fusão curricular, nem que parcial, entre os dois cursos: Letras e Pedagogia.

Também não faltam estudos apontando para o fato de que um leitor se forma até os 12 anos. Como essa tarefa cabe, então, ao pedagogo em meio à "timidez" com que se relaciona com a língua portuguesa?

O grande problema da alfabetização no Brasil é que qualquer "auxiliar de cozinha" de nível médio, graduado genericamente, pode "pilotar" o fogão. Ou seja, cada qual faz do seu jeito, como pode, sem muito tempo para pensar e refletir sobre os ingredientes do prato principal.

E, quanto a essa questão da competência ímpar para desenvolver uma dada tarefa, como essa de alfabetizar, Cunha e Leite constataram:

Uma profissão só existe quando possui um saber que lhe é próprio e que, reconhecidamente, só pode ser exercida por um grupo de profissionais que detém esse saber. Aí estão a competência e a vocação. A licença é o reconhecimento e chancela oficial para o seu exercício da profissão, prevendo inclusive sanções e penas para aqueles que a exercem sem ela (1995, p. 134).

Na mesma linha de pensamento, Bourdieu (2006, p. 118) concluiu: "O mundo social é também representação, e existir socialmente é também ser percebido como distinto." Dessa maneira parece contraditório o desejo nacional por um processo qualitativo de alfabetização, visto que não há nem o reconhecimento, acima citado, do alfabetizador nem a devida capacitação técnica para a formação de leitores. Situação que resulta na constante reincidência dos problemas com a língua escrita.

Para que um professor (pedagogo) incentive a participação



em comunidades leitoras, ele precisa fazer parte de uma delas. Do contrário, não poderá descrever o cenário que indica. E, na condição de subempregado, que vivencia de longa data, pode o alfabetizador atualizar-se no mercado da literatura? Participar de saraus, seminários e confrarias em prol da formação de leitores? Estaria na hora de o Brasil lançar um bolsa-literatura? Um vale-compra mensal para livros e a permissão para um vinho tinto (made in Brazil – made in tchê). Os produtores de vinho também ficarão gratos.

São questões a (re)pensar, e os índices estão aí: moramos, como disse o poeta Jorge Ben Jor (1969), "num país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza", um país que, segundo o IBGE (2009), tem 14,1 milhões de analfabetos, 10% da população (pesquisada-PNAD). Mas que beleza? E, em fevereiro, tem carnaval? Tem, e com sambas-enredos cheios de poesia! Muitos criados por brasileiros, que passaram pela escola e saíram dela sem ter aprendido o beabá!

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como demonstrado, os "ouvidos do mundo" habituam-se às recorrências dos problemas no Campo da Educação. O que pode instalar certo conformismo social por parte de uns ou gerar práticas aligeiradas por outros. No caso da alfabetização no Brasil, apesar de, ao longo de nossa história pedagógica, o acesso ter sido facilitado para a maioria da população, os números mostram que no quesito da qualidade o país "anda em passos lentos". Tal situação, possível efeito de um processo decodificador nas salas de aula, impede que a conquista da garantia aos estudos (para todos) possa ser comemorada. Afinal, "de que me vale um saco cheio de dinheiro, pra comprar um quilo de feijão?". Digo: de que adianta o acesso a um processo de alfabetização que tem se mostrado ineficaz? Falho! Principalmente, no que se refere aos propósitos dos programas governamentais que vêm sendo frequentemente justificados pela necessidade de garantir aos cidadãos a autonomia através da aquisição da escrita. De outro modo, também "ecoam no mundo" as falas sobre a qualidade das aprendizagens obtidas por pessoas que são leitores efetivos, e isso aponta para a necessidade da garantia de outro acesso, paralelo e inerente à alfabetização escolar, à leiturização!

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. A caixa de brinquedos. **Folha de São Paulo**, 7 jul. de 2004. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u877.shtml>>.

Acesso em: 20 mar. 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CERTAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CUNHA, Maria Isabel da; LEITE, Denise Balarine Cavalheiro. Estrutura social, profissionalizações e formação docente. **CAD. Educa.FaE/UFPEL**, Pelotas, n. 5, p. 107-130, ago./dez. 1995.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional**. Disponível em:

<[http://www.planalto/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 14 set. 2010.

FOUCAMBERT, Jean. **A leitura em questão**. Tradução de Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. São Paulo: Global, 2006.

\_\_\_\_\_. **Manifesto regionalista**. Recife: Massangana, 1996.

JOR, Jorge Bem. **País tropical**. 1969. Disponível em:

<[http://www.suapesquisa.com/carnaval/marchinhas\\_carnaval.htm](http://www.suapesquisa.com/carnaval/marchinhas_carnaval.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2011.

LAROSSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, 2002, p 20-28. Disponível em:

<[http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE19/RBDE19\\_04\\_JORGE\\_LARROSA\\_BONDIA.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE19/RBDE19_04_JORGE_LARROSA_BONDIA.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2011.

LERNER, Delia. **Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário**. Porto Alegre: Artemed, 2002.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**. Tradução de Humberto Mariote Lia Diskin. São Paulo: Palas Athenas, 2001.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São

Paulo: Brasiliense, 2006.

PAVIANI, Neires Maria Soldatelli. **Hábito da leitura como uma prática cultural.** 2006.

Disponível em: <[http://www.ucs.br/ucs/tpIPOSLetras/posgraduacao/strictosensu/letras/professores/neires\\_paviani/artigo.pdf](http://www.ucs.br/ucs/tpIPOSLetras/posgraduacao/strictosensu/letras/professores/neires_paviani/artigo.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2011.

PRIETO, Heloisa. **O jogo da parlenda.** São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2006.

ZILBERMANN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Literatura e Pedagogia: ponto & contraponto.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.